

SISTEMA DE COTAS RACIAIS NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA: acesso ao ensino superior e ao mercado de trabalho

Ana Carolina Arcanjo de Sousa
Renata Callaça Gadioli dos Santos

Resumo

Em 2003, a Universidade de Brasília - UnB foi a primeira Universidade Federal do Brasil a adotar o sistema de cotas em seu processo seletivo de ingressos na graduação. Sua implementação foi aprovada em junho daquele ano por meio do Plano de Metas para Integração Social, Étnica e Racial. O Brasil promulgou a Lei de Cotas nº 12.711 de outubro de 2012 regulamentada pelo Decreto nº 7.824/2012. Decorreram-se 20 anos desde a implementação na UnB. Vários resultados positivos puderam ser observados. Dentre eles o aumento do número de egressos de estudantes negros, em 2019, atingiu 39% de acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Este artigo é parte do estudo realizado pela autora Ana Carolina, em seu trabalho de conclusão de curso, e sua orientadora Renata, cujo tema é “Política de Ações Afirmativas de Cotas Raciais na Universidade de Brasília e os Seus Efeitos no Mercado de Trabalho”. O enfoque da pesquisa é sobre os efeitos da política de cotas da UnB na empregabilidade de seus egressos.

Palavras-chave: política de cotas. cotas raciais. mercado de trabalho. Universidade de Brasília

Abstract

In 2003, the University of Brasília - UnB became the first Federal University in Brazil to adopt a quota system in its undergraduate admissions process. Its implementation was approved in June of that year through the Goals Plan for Social, Ethnic, and Racial Integration. Brazil enacted Law No. 12.711, known as the Quota Law, in October 2012, regulated by Decree No. 7.824/2012. Twenty years have passed since its implementation at UnB, and several positive outcomes have been observed. Among them, the number of black students graduating increased to 39% in 2019, according to the National Institute for Educational Studies and Research Anísio Teixeira (INEP). This article is part of a study conducted by the author, Ana Carolina, in her undergraduate thesis, and her advisor, Renata. The topic of the study is the “Policy of Affirmative Action through Racial Quotas at the University of Brasília and its Effects on the Job Market”. The research focuses on the effects of UnB's quota policy on the employability of its graduates.

Keywords: politics of quotas. racial quotas. job market. University of Brasília

1 INTRODUÇÃO

O artigo tem como objetivo apresentar o sistema de cotas raciais na Universidade de Brasília e os seus efeitos no acesso dos egressos ao mercado de trabalho. A priori é importante entender o sistema de desigualdade racial na Universidade de Brasília e no mercado de trabalho, visando os efeitos da política de cotas raciais como um avanço positivo para amenizar as desigualdades raciais existentes nesses importantes meios sociais.

O histórico do Brasil apresenta um país fundido em um contexto escravista e promotor da desigualdade racial presente em vários níveis da sociedade, principalmente na educação e no mercado de trabalho. Esse cenário se estendeu por vários anos, e começou a sofrer modificações positivas através da promulgação da Lei de Cotas nº 12.711/2012 regulamentada pelo Decreto nº 7.824/2012. Somente após aprovação da Lei de Cotas, se tornou obrigatório a reserva de vagas para alunos de escola pública, de baixa renda, pretos, pardos e indígenas em todas as instituições federais de ensino superior.

No que antecede a promulgação da Lei de Cotas, a Universidade de Brasília foi a primeira Universidade Federal do Brasil a implementar um sistema de cotas. Sua implementação foi aprovada em junho de 2003 por meio do Plano de Metas para Integração Social, Étnica e Racial. A adoção desse sistema em seu processo seletivo de ingressos na graduação, reduziu o índice de formação educacional formal na população negra do país, da metrópole Brasília e nos municípios que com ela formam um território de característica metropolitana. A implementação das cotas raciais na UnB foi um resultado de um processo longo de articulação de especialistas, integrantes do movimento negro e representantes do poder público (BRITO, 2018).

A implementação desse sistema foi inteiramente importante para o combate dos altos índices de desigualdade no ingresso de estudantes negros à Universidade de Brasília. Assim, após 20 anos desde a implementação do Sistema de Cotas na UnB. Vários resultados positivos puderam ser observados, dentre eles o aumento do número de egressos de estudantes negros, que em 2019 atingiu 39% de acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Como ressalta Carvalho (2004), antes da implementação das cotas raciais na UnB, os negros na universidade representavam apenas 3%. Após o surgimento das cotas, de acordo com a UnB (2020), o número de cotistas saltou para 48,7%.

Apesar dos importantes resultados, segundo a UnB (2013), na perspectiva do modelo adotado anteriormente pela universidade, o modelo atual do sistema de cotas é um retrocesso parcial na luta pela inclusão étnica racial no ensino superior, pois boa parte da reserva de

vagas para negros no sistema atual depende da condicional de renda e origem escolar. Dessa forma, ao aderir exclusivamente à Lei Federal de Cotas, a UnB retrocede em relação ao objetivo do plano de metas traçado em 2003: a inclusão plena e irrestrita da população negra.

Este artigo é parte do estudo realizado pela autora Ana Carolina, em seu trabalho de conclusão de curso, e sua orientadora Renata. O enfoque da pesquisa é sobre os efeitos da política de cotas da Universidade de Brasília na empregabilidade de seus egressos. A pesquisa tem como objetivo geral verificar a relação entre a política de cotas raciais e o mercado de trabalho de formandos entre os anos de 2014/1 e 2019/2 da Universidade de Brasília. Foi utilizado um método misto de pesquisa, que combina métodos quantitativos e qualitativos. Trata-se de uma pesquisa descritiva, realizada através da pesquisa bibliográfica, documental e da aplicação de questionário.

Foi confirmada a importância dessa política no ingresso dos alunos beneficiários das cotas raciais na Universidade de Brasília. No entanto, algumas propostas definidas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE em relação ao plano de metas, não foram integralmente cumpridas além de dificuldades enfrentadas pelos egressos, tais questões serão apresentadas nesse artigo.

O sistema de Cotas da UnB garantiu a inclusão racial e refletiu diretamente na formação e no acesso desses egressos ao mercado de trabalho, além de ser, ele mesmo um marco da democratização do ensino superior nacional. O estudo ressalta a importância da permanência da Lei Nacional de Cotas e possíveis melhorias desta política pública, uma vez que seus resultados ainda são insuficientes no quesito das metas traçadas pela própria política. É importante rever a Lei de Cotas para sanar suas falhas, garantir seus avanços e redesenhar seus instrumentos de aplicação.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Plano de Metas para a Integração Social, Étnica e Racial e o acesso a Universidade de Brasília

O acesso à educação é um dos fatores mais importantes na formação do indivíduo para com a sociedade, além de ser um dos requisitos principais para o alcance de melhores oportunidades no mercado de trabalho. Para grandes autores como Darcy Ribeiro, a educação é um meio de transformações. Dessa forma, é importante analisar de que forma as oportunidades educacionais na universidade se comportam entre a população negra, assim como, os efeitos gerados no mercado de trabalho.

Assim, é de conhecimento geral que a educação é de suma importância para a sociedade, em especial, o acesso da população negra ao ensino superior. Sob a análise dessa etapa, principalmente quando se trata do acesso à universidade pública, há diversos fatores que impedem o acesso dessa minoria à universidade. Boa parte dessa desigualdade, já se inicia na qualidade do ensino médio que pode não ser boa o suficiente, além do fator da desigualdade racial, que acaba afetando a aprendizagem e o acesso ao ensino.

Essa disparidade no acesso à educação tem se mantido ao longo dos anos, afetando o ingresso da população negra às universidades. Esse reflexo na desigualdade se estendeu à Universidade de Brasília, Segundo Carvalho e Segato (2004), a universidade se encontrava em total desigualdade de ingresso entre alunos negros e brancos e a exclusão dessa minoria era evidente nos corredores de uma universidade branca e elitista antes de 2004.

A discussão para a adoção do sistema de cotas na UnB surgiu a partir de dados de 2002 do IPEA e do IBGE que apresentaram o retrato da desigualdade racial na sociedade brasileira, principalmente do ingresso às universidades federais. De acordo com pesquisas realizadas, nos anos 2000, a porcentagem de estudantes pretos e pardos na instituição eram inferiores a 1%, ainda de acordo com o autor Carvalho (2004) antes da implementação das cotas raciais a porcentagem de negros na Universidade de Brasília não passava dos 3%.

Assim, em contraste da desigualdade presente na universidade com o objetivo de modificar esse cenário, a Universidade de Brasília (UnB) se tornou a pioneira na implementação de cotas raciais em seu sistema de ingresso. Após um longo período de discussões, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) da Universidade de Brasília, aprovou em junho de 2003 o Plano de Metas para Integração Social, Étnica e Racial. O Plano de Metas aprovado, contou com três principais pontos: 1. A disponibilização de 20% das vagas do vestibular para estudantes negros da UnB e a reserva de um pequeno número de vagas para indígenas; 2. Programa de apoio em parceria com as escolas públicas de ensino médio do Distrito Federal para alunos de baixa renda e 3. A criação de bolsas para a manutenção e permanência dos ingressantes indígenas, negros e de baixa renda na Universidade de Brasília.

Esse sistema de ingresso começou a vigorar a partir do segundo semestre de 2004. A implementação da política pública de cotas raciais contou com atores fundamentais que contribuíram para esse avanço na Universidade de Brasília, sendo eles os professores do Departamento de Antropologia da UnB, José Jorge de Carvalho e Rita Laura Segato responsáveis por incentivar a elaboração do Plano de Metas. Ao Plano de Metas, foi estabelecido algumas outras importantes diretrizes que foram fundamentais para à sua

aprovação, como a criação de uma comissão responsável pelo acompanhamento da política, constituída pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE).

De acordo com o estudo realizado, durante a implantação das cotas na Universidade de Brasília, conforme mencionado pela Agência Brasil, dados levantados revelaram que, no primeiro ano de adoção desse sistema, houve um ingresso de 376 estudantes negros beneficiados pelo programa. Essa conquista positiva era claramente visível nos espaços acadêmicos da universidade. Paralelamente, o estudo apresenta informações divulgadas pelo G1 em 2020, com base em uma pesquisa social realizada pela própria UnB, apontaram que a proporção de cotistas na instituição cresceu de 10% em 2003 para expressivos 48,7% em 2020.

Apesar dos avanços no ingresso de estudantes negros, a representatividade desses grupos ainda é limitada entre os professores da UnB. Apesar de haver um aumento no número de docentes negros, o percentual de autodeclaração é baixo, com apenas 21% dos 636 professores se identificando como negros, como apresenta a pesquisa. Essa discrepância evidencia que os professores negros ainda são considerados minoria na instituição.

De acordo com o estudo realizado, a criação do Plano de Metas também previu o acompanhamento acadêmico e psicossocial para os ingressantes cotistas e indígenas. Além de estabelecer o caráter social para as escolas públicas, com o objetivo de acompanhar alunos do ensino médio de baixa renda e promover um ensino de qualidade apoiado na permanência desses estudantes.

O estudo também apresenta dados coletados pela própria Universidade, dos 10 primeiros anos da política de cotas. De acordo com a matéria do SECOM/UNB (2018) o sistema de cotas possibilitou o aumento dos ingressantes na universidade, mirando a redução do racismo e a forma que ele afeta e distorce as questões socioeconômicas da sociedade, além de garantir o acesso ao ensino superior e a qualificação profissional pela população negra. Além disso, a UnB (2013) concluiu que os primeiros anos da implementação desse sistema trouxeram resultados positivos, afirmando o acerto em escolher esse caminho e a necessidade de se manter essa política pública de inclusão social e racial.

Os dados disponibilizados pela UnB (2013) revelam que o aumento do ingresso de estudantes negros através do sistema de cotas também resultou em um crescimento no número de alunos formandos. Durante o período de 2004/2 a 2012/2, os alunos cotistas representaram 18,5% do número total de formandos. Ao analisar esses dados, fica evidente o progresso significativo da inclusão racial e social na Universidade de Brasília, permitindo que esses estudantes se formem e se qualifiquem para a área profissional. Esses avanços

refletem o compromisso da instituição em promover a equidade e oportunidades para todos os seus alunos, independentemente de sua origem étnica ou social.

Outro ponto importante abordado durante o estudo, foi o apoio permanência para esses estudantes, já que a manutenção desses alunos é de suma importância. É importante frisar que boa parte dos estudantes, ao ingressar na universidade, estão suscetíveis a diversas desigualdades presentes na sociedade, principalmente no que se diz respeito a situações socioeconômicas. Visando combater essas desigualdades, o Plano de Metas para a Integração social, Étnica e Racial incluiu o apoio permanência a esses estudantes:

1. A Universidade de Brasília aloca bolsas de manutenção para os estudantes indígenas e para aqueles estudantes negros em situação de carência, segundo os critérios usados pela Secretaria de Assistência Social da UnB.
2. A UnB, em parceria com outras instituições como a FUNAI, propiciará moradia para os estudantes indígenas. Além disso, concederá preferência nos critérios de moradia para os estudantes negros em situação de carência. (CARVALHO, 2004, p. 55).

A preocupação em manter esses estudantes na Universidade, é um fator essencial para que a política de cotas alcance o seu objetivo: a formação desses alunos para alcançarem melhores oportunidades no mercado de trabalho.

O estudo utiliza como base uma pesquisa realizada em 2013 pela Universidade de Brasília para avaliar os resultados iniciais da implementação da política de cotas. Durante o período de 20 de maio de 2013 a 09 de junho de 2013, foi aplicado um questionário aos alunos que se formaram e que foram beneficiados pelo sistema de cotas na instituição. Dentre as questões, foram avaliados alunos beneficiários por bolsas, de acordo com os resultados da pesquisa 51% formandos receberam algum tipo de bolsa e 49% não tiveram acesso ao apoio permanência.

Os dados apresentados evidenciam que boa parte dos alunos tiveram acesso ao apoio permanência na universidade. Nesse sentido, a implementação da política de cotas na Universidade de Brasília combinada com a política de apoio permanência resultou em avanços positivos na promoção da inclusão racial.

Portanto, a implementação do Plano de Metas para a Integração Social, Étnica e Racial, foram essenciais para o combate as desigualdades presentes na educação superior. Apesar disso, o estudo realizado apresenta algumas propostas que não foram totalmente cumpridas pelo CEPE:

1. Segato relata na entrevista dada a SECOM/UNB (2018), que ao realizar a proposta da política de cotas sugeriu-se monitorar a implementação a cada ano, com o intuito de avaliar a forma de execução e assim trazer melhorias para o funcionamento da política, o que não aconteceu;
2. Ainda, segundo Segato na entrevista realizada pela SECOM/UNB (2018), a previsão da criação da comissão psicopedagógica, a ouvidoria

- especializada, para atender os alunos acerca dos problemas de discriminação e exclusão na universidade também não foram implementadas;
3. Segundo a avaliação realizada pela Universidade de Brasília em 2013 ao sistema de cotas, após 10 anos da sua implementação, a interrupção desse sistema impediria a inserção racial em sua plenitude, tanto de forma numérica como de inclusão, como foi proposto pelo plano de metas;
 4. De acordo com a UnB (2013), o ingresso pelo sistema PAS ficou excluído do sistema de cotas, afetando a porcentagem estabelecida pelo plano de metas de 20%. Com essa exclusão, a UnB implementou ao longo dos 10 anos apenas 15% de reserva de vagas para o sistema de cotas. (SOUSA, 2022, p. 33).

Além disso, o estudo também concluiu que a implementação do Plano de Metas de Integração Social, Étnica e Racial foi um marco para a democratização do ensino superior na Universidade de Brasília. Apesar das dificuldades enfrentadas pela Universidade, a instituição se manteve firme e se tornou uma referência no modelo de sistema de cotas adotado por ela.

É importante ressaltar que até a sanção da Lei 12.711 em 2012, a Universidade de Brasília adotava um sistema de cotas que reservava 20% das vagas para estudantes negros e uma pequena porção para indígenas. Os candidatos tinham a opção de ingressar através do vestibular tradicional ou do Programa de Avaliação Seriada (PAS). Esse sistema de cotas perdurou na UnB até o surgimento da Lei 12.711/12 que possibilitou a expansão das cotas para as demais universidades e institutos federais de ensino superior.

Após a sanção da Lei de Cotas, de acordo com o estudo, na perspectiva do modelo adotado anteriormente pela universidade, o modelo atual do sistema de cotas é um retrocesso parcial na luta pela inclusão étnica racial no ensino superior, pois boa parte da reserva de vagas para negros no sistema atual depende da condicional de renda e origem escolar (UnB, 2013). Assim, esse modelo é um retrocesso em relação ao primeiro modelo de sistema de cotas na UnB, cujo objetivo era a inclusão plena e irrestrita da população negra.

2.2 A Lei de Cotas nº 12.711/2012

Em 2012, o sistema de cotas raciais da Universidade de Brasília passa por modificações através do surgimento da Lei de Cotas 12.711/12. Com a sanção da Lei de Cotas em 29 de agosto de 2012, foi estabelecido que as instituições federais de educação superior devem reservar 50% das vagas para estudantes de escolas públicas, com base no critério de renda e raça e mantém 5% das vagas exclusivas para negros.

De acordo com o Jornal Brasil (2022), em 2013 aconteceu o primeiro vestibular da UnB, baseado na nova legislação da Lei de Cotas 12.711/2012. Apesar da Lei de Cotas proporcionar uma porcentagem de reservas diferente em seu sistema para a cota PPI, do

adotado anteriormente pela UnB, ela se demonstrou ser uma política essencial para a inclusão da população de pretos, pardos e indígenas nas instituições federais.

É importante ressaltar que a Universidade de Brasília, foi um importante ator para as ações que determinaram a sanção da Lei de Cotas. De acordo com o estudo a Universidade de Brasília se tornou protagonista nacional ao adotar o sistema de cotas para negros e indígenas, e por isso, a pauta da constitucionalidade desse sistema na universidade entrou em debate no STF em 2010 (UNB, 2013).

A democratização da educação no ensino superior, se estendeu para as demais universidades federais, através do surgimento da Lei de Cotas. Essa mudança, de acordo com a pesquisa apresentada, generalizou as cotas para escola pública e fixou subcotas para negros e indígenas com os duplos condicionantes de renda e de origem escolar (UNB, 2013). De acordo com a Lei nº 12.711/12:

Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita.

Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (BRASIL, 2012).

A partir de agora, as universidades e institutos federais de ensino superior reservam 50% de suas vagas para estudantes provenientes de escolas públicas. Uma parte dessas vagas é destinada aos alunos de famílias com renda *per capita* de até 1,5 salário-mínimo. Além disso, há preferência para a ocupação dessas vagas por alunos com deficiência e aqueles que se autodeclararem pretos, pardos e indígenas, conforme as regras estabelecidas pelo IBGE.

Essa nova porcentagem difere da taxa anterior de 20% que a UnB havia imposto, com base no plano de metas e na reserva exclusiva de vagas para estudantes negros. Agora, o cenário é mais amplo e abrange uma maior diversidade de grupos sociais, visando a

promoção de uma educação mais inclusiva e igualitária. Nesse sentido, com a implementação da Lei nº 12.711/12 nas instituições federais, fica evidente a ampliação e inclusão de estudantes negros no acesso ao ensino superior. Essa legislação trouxe avanços significativos, promovendo maior diversidade e igualdade de oportunidades no ambiente acadêmico.

A Lei de Cotas é regulamentada pelo Decreto nº 7.824/2012. Conforme informações do MEC (2012) esse decreto estabelece as condições gerais para a reserva de vagas, define a metodologia para o acompanhamento dessas reservas e estipula as regras de transição para as instituições de ensino superior. Além disso, existe a Portaria Normativa nº 18/2012, emitida pelo Ministério da Educação, que também é relevante para a aplicação da lei. É importante ressaltar que essa legislação se aplica tanto aos vestibulares tradicionais quanto ao sistema de seleção unificada (SISU), abrangendo ambos os métodos de ingresso nas instituições de ensino superior.

A permanência nas universidades também é uma preocupação na qual a Lei de Cotas garante em seu artigo. Consequentemente, no mesmo ano de implementação da Lei de Cotas nº 12.711/12, o Ministério da Educação (MEC) reforçou a política de assistência estudantil por meio do Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes). Esse programa foi implementado para proporcionar suporte e apoio financeiro aos estudantes, garantindo uma maior igualdade de oportunidades no ensino superior e fortalecendo o acesso e permanência de alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Os avanços positivos na inclusão da população negra na Universidade de Brasília a partir do Plano de Metas para Integração Social, Étnica e Racial e o surgimento da Lei de Cotas 12.711/12 são perceptíveis. Além de ser pioneira na implementação do sistema de cotas, a UnB se tornou uma referência para a sanção da Lei de Cotas 12.711/12. De acordo com a Agência Brasil (2023), desde 2004, o primeiro ano da implementação da política pública, 38.042 estudantes ingressaram na Universidade de Brasília através desse sistema. Nesse sentido, pode-se observar uma universidade focada em combater a desigualdade racial presente na educação superior, além da construção de um ambiente diverso e inclusivo.

É importante destacar uma entrevista dada a SECOM/UnB (2018), pelos professores responsáveis pela criação do Plano de Metas para Integração Social, Étnica e Racial, Rita Laura Segato e José Jorge de Carvalho do Departamento de Antropologia (DAN) da UnB, de acordo com eles é muito a comemorar com os avanços proporcionados pela política de cotas, no entanto, ainda enfrentamos desafios para sua consolidação. Estes desafios incluem a necessidade de combater fraudes, estender as cotas para a pós-graduação e para a seleção

de docentes, além de incluir disciplinas acadêmicas que abordem os saberes da população negra. Essas questões se estendem a várias universidades que adotam o sistema de cotas.

Além dos problemas internos da política em si, há diversos fatores externos que afetam significativamente os alunos, especialmente decorrentes das desigualdades socioeconômicas. Essas disparidades precisam ser enfrentadas para garantir a efetiva inclusão e igualdade de oportunidades no ensino superior para todos os estudantes beneficiados pela política de cotas.

Em 2020, a universidade deu mais um passo importante em direção a inclusão na universidade, estendeu a política de cotas para a pós-graduação. Foi deliberado 20% das vagas de cada edital para candidatos negros e ao menos uma vaga adicional em todas as seleções de *stricto sensu* para indígenas e quilombolas (Agência Brasil, 2023). A implementação das cotas para a pós-graduação entrou em vigor no primeiro semestre de 2021 e outras discussões acerca da reserva de vagas para docentes estão em andamento.

A implementação da Lei de Cotas 12.711/12 foi um importante avanço para a extensão da política de cotas as demais universidades federais no Brasil. É importante ressaltar que apesar dos avanços positivos alcançados por ela, a Lei de Cotas ainda não atingiu o seu objetivo principal, o combate pleno as desigualdades raciais existentes na educação superior. Por isso, é necessário que a política de ações afirmativas se mantenha e se expanda na sociedade brasileira combinada com outras políticas públicas.

No que se diz respeito a Universidade de Brasília, ela desempenha um papel fundamental tanto no surgimento da Lei de Cotas quanto na manutenção e extensão dela. Assim, é importante que a permanência dessa política pública seja defendida, de modo que é indispensável a sua renovação, expansão e o monitoramento para os próximos anos.

2.3 A desigualdade no mercado de trabalho

Nos tópicos anteriores foram abordados a importância da implementação do Plano de Metas para a Integração Social, Étnica e Racial na Universidade de Brasília e na sanção da Lei nº 12.711 em 2012, além disso, também foram apresentados os avanços e resultados positivos dessas políticas públicas para a inclusão racial nas universidades federais em especial a Universidade de Brasília. Nessa perspectiva, esse sistema tem se mostrado eficaz, uma vez que o número de estudantes negros ingressantes vem aumentando ao longo dos anos, tornando as universidades mais diversas e inclusivas.

Apesar do surgimento de várias políticas públicas em combate a desigualdade racial, é importante entender que ainda há diversos fatores que reproduzem essa desigualdade na

sociedade Brasileira, a educação ganha destaque, afetando diretamente outras importantes dimensões, como o mercado de trabalho, assim:

A exclusão socioeconômica a que está submetida a população negra produz perversas consequências. De um lado, a permanência das desigualdades raciais naturaliza a participação diferenciada de brancos e negros nos vários espaços da vida social, reforçando a estigmatização sofrida pelos negros, inibindo o desenvolvimento de suas potencialidades individuais e impedindo o usufruto da cidadania por parte dessa parcela de brasileiros à qual é negada a igualdade de oportunidades que deve o país oferecer a todos. (JACCOUD E BEGHIN, 2002, p.37).

A história econômica do Brasil é marcada por um trabalho escravo e pela subjugação dos indivíduos negros. Submetidos a condições desumanas, a população negra passou por diversas situações de trabalho em condições precárias, com a falta de remunerações e de direitos trabalhistas. Apesar da abolição da escravatura há quase 133 anos atrás, a discriminação e a desigualdade racial ainda se encontra presente no mercado de trabalho.

Diante desse contexto histórico, os setores econômicos com as piores condições laborais em termos de salário, direitos trabalhistas e de estabilidade contam com a mão de obra da parcela negra da população. Assim, a taxa de subutilização entre pretos e pardos é de 28%, já entre brancos o percentual é de 18,8% como apontam as pesquisas do IBGE de 2019. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019), a desvantagem desse grupo populacional se mantém mesmo quando é considerado o recorte por nível de instrução. Entre pessoas com superior completo ou mais, taxa de subutilização de negros era de 15%, entre brancos, era de 11,5%.

Já a diferença de salário médio chega a 73%, com destaque para os homens brancos, que têm vantagem quando comparados às mulheres brancas e às mulheres e homens pretos e pardos. De acordo com o IBGE (2019), o recorte em categorias de rendimento, segundo o tipo de ocupação, revelou que, tanto na ocupação formal, como na informal, as pessoas pretas ou pardas receberam menos do que as de cor ou raça branca.

Vale ressaltar que a educação é um dos principais meios de contribuir para melhores oportunidades no mercado de trabalho. No entanto, é possível observar que a reprodução da discriminação e da desigualdade social dos meios educacionais, assim como no ensino superior, reflete diretamente no mercado de trabalho. E por isso, os negros brasileiros têm feito pouco progresso em relação a profissões de maiores prestígios no meio social.

Os dados apontados apresentam a diferença no modo de inserção da população negra no mercado de trabalho, como também, a falta de uma educação básica de qualidade afeta de forma desigual as diversas dimensões da sociedade. Assim, os instrumentos de políticas

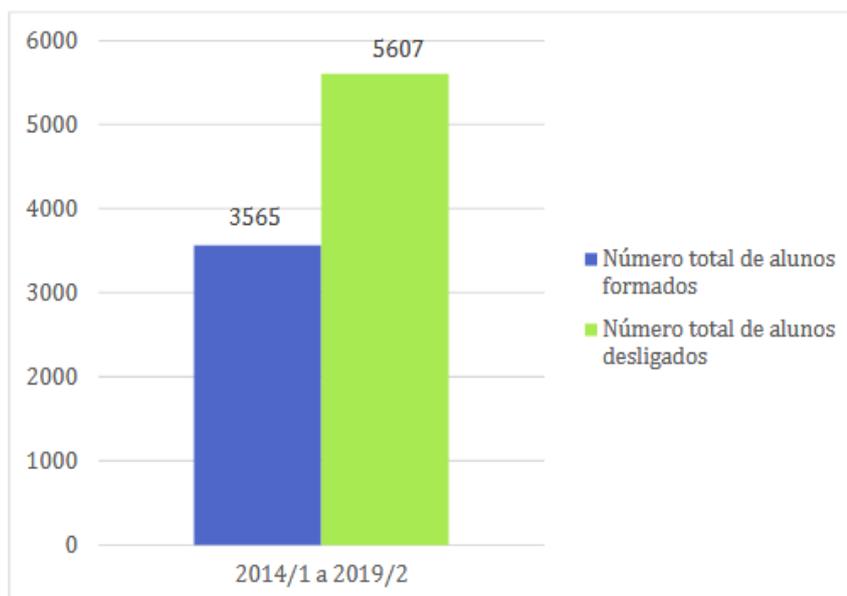
públicas de combate a essas desigualdades, servem para amenizar e diminuir essa desigualdade entre as raças.

É a partir desse cenário que houve uma preocupação em saber como os egressos cotistas da Universidade de Brasília estavam lidando com o mercado de trabalho. Inicialmente a pesquisa se preocupou em verificar a permanência desses alunos cotistas na Universidade de Brasília e o seu egresso para atuar no mercado e trabalho. Mas antes, é importante compreender se os alunos cotistas estão alcançando o diploma da graduação.

Para a verificação dessas variáveis, foi solicitado junto a Secretaria de Administração Acadêmica (SAA) da Universidade de Brasília o número de alunos formados e desligados durante os anos de 2014/1 a 2019/2. De acordo com o estudo, os anos escolhidos em questão dão margem para que os estudantes tenham se formado e já estejam atuando no mercado de trabalho, além disso, poderá contribuir para futuras pesquisas sobre o tema com dados extraídos recentemente. Os dados foram analisados e organizados através de gráficos.

De acordo com a imagem a seguir, o gráfico 4 apresentado na pesquisa, demonstra a diferença entre a relação total de alunos formados e desligados da UnB nos anos de 2014/1 a 2019/2. Assim, o número de alunos ingressantes por meio de cotas raciais foi menor (38,86%) do que o número de alunos desligados (61,13%).

Gráfico 4 - Quantidade total de alunos beneficiários das cotas raciais formados e desligados nos anos de 2014/1 a 2019/2



Fonte: SOUSA, 2022. Dados do Sistema SIGRA da Universidade de Brasília (UnB) – 2022.

A conclusão diante do gráfico apresentado é que o desligamento dos alunos ingressantes por meio das cotas raciais na Universidade de Brasília pode ser atribuído a fatores tanto externos quanto internos. Embora a evasão estudantil seja um problema recorrente em várias universidades brasileiras, é crucial conduzir pesquisas e investigações para compreender os motivos reais que levam esses estudantes a serem desligados de seus cursos. Identificar e compreender esses fatores é fundamental para implementar medidas eficazes de suporte e retenção dos alunos cotistas, assegurando que possam concluir suas formações acadêmicas com êxito. Assim:

De acordo com dados já apresentados neste trabalho, apesar do bom desempenho em relação aos índices acadêmicos, grande parte dos alunos cotistas precisam de apoio social, psicológico e financeiro para se manter na universidade. É importante também, que haja um currículo que permita que eles consigam se ambientar em seus cursos, já que pelas desigualdades raciais existentes na sociedade, são os alunos que mais estão em desvantagens em relação aos níveis sociais. (SOUSA, 2022, p.45).

Nesse sentido, é importante que a política de cotas passe por um monitoramento, principalmente em relação a evasão dos estudantes cotistas para que soluções sejam apresentadas, já que mais importante do que o acesso do cotista à universidade é a conclusão do curso escolhido. Apesar desse cenário, é fundamental destacar o significativo número de alunos cotistas que alcançaram a formação acadêmica ao ingressar por meio das cotas sociais e raciais na Universidade de Brasília. Ao todo, 3.565 alunos foram formados, representando 38,86% do total. Essa estatística ressalta a importância contínua da política de cotas para superar desigualdades na educação do ensino superior e permitir que esses estudantes avancem e ocupem espaços relevantes no mercado de trabalho. A política de cotas demonstra seu papel essencial na promoção da inclusão e igualdade de oportunidades, impulsionando o desenvolvimento profissional e social desses estudantes.

2.3 Egressos cotistas da Universidade de Brasília e o Mercado de Trabalho

2.3.1 O acesso a Universidade de Brasília a partir do ensino médio

O Estudo realizado também se preocupou com a etapa que antecede o ingresso do aluno à Universidade de Brasília, pois é um período decisivo para o avanço dos estudantes ao ensino superior. Assim, o contato do aluno com orientações acerca das cotas raciais e o acesso ao ensino da história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica torna-se essencial para a percepção desses estudantes enquanto negros na sociedade. Essas temáticas proporcionam uma compreensão mais profunda dos espaços que eles precisam

ocupar. Ao abordar esses assuntos, os alunos são capacitados a valorizar sua identidade, história e cultura, permitindo que se reconheçam como parte importante da sociedade e contribuam de forma significativa para a construção de um ambiente mais inclusivo e igualitário.

Para verificar esse tópico, foi realizada uma pesquisa através de um questionário disponibilizado online para os alunos egressos da Universidade de Brasília no período de 2014/1 a 2019/2. Inicialmente, o questionário abordou questões acerca de orientações para a utilização das cotas raciais; o ensino sobre a história da cultura afro-brasileira e por fim influência desse conteúdo no ingresso do estudante na universidade.

No total, 12 egressos da Universidade de Brasília participaram do questionário. Em suas repostas, pode-se concluir que:

Nesse primeiro tópico pôde-se observar que no período escolar que antecede o ingresso dos alunos cotistas da Universidade de Brasília, 8 desses alunos não receberam orientações acerca das cotas raciais, em contrapartida, apenas 4 receberam orientações sobre as cotas raciais. Além disso, grande parte dos egressos não tiveram acesso ao ensino sobre a história da cultura afro-brasileira e africana no ensino médio, representando 10 participantes, enquanto apenas 2 desses formandos tiveram o acesso ao ensino da história a cultura afro-brasileira e africana no ensino básico. Apesar disso, 10 participantes responderam que tiveram acesso a informações por outros meios, como a internet, livros e revistas e apenas 2 não tiveram nenhum acesso a esse tipo de conteúdo (SOUSA, 2022, p. 55).

É evidente a necessidade de reforçar nas escolas de ensino básico a importância de repassar orientações sobre o sistema de cotas e promover o acesso ao ensino da história da cultura afro-brasileira e africana a todos os estudantes. De acordo com as respostas do questionário, 5 dos egressos consideraram que o conteúdo sobre a história da cultura afro-brasileira e africana teve uma influência significativa em seu ingresso na UnB, 5 responderam que teve uma influência menor e 2 consideraram o conteúdo indiferente.

Esses dados reforçam que tais conteúdos têm um papel transformador e influente na vida desses estudantes, uma vez que a compreensão e valorização dessas temáticas durante a educação básica os auxiliam a tomar consciência de sua importância e contribuem para sua formação cidadã. Portanto, é essencial fortalecer o ensino dessas questões nas escolas, para que os alunos possam reconhecer sua própria história e cultura, além de promover uma sociedade mais inclusiva e justa.

2.3.2 O acesso à Universidade de Brasília

Na segunda parte do questionário aplicado, buscou-se compreender a trajetória dos alunos ingressantes por meio das cotas raciais na Universidade de Brasília. Nesse tópico foi

questionado a cerca do ensinamento de disciplinas sobre a temática racial durante a graduação, além disso, foi questionado se o ingressante teve algum tipo de apoio institucional de permanência, também buscou-se saber se o aluno sofreu algum tipo de racismo e se ele teve contato com algum professor negro durante a graduação. Além dessas questões com respostas fechadas, com o objetivo de compreender de forma mais clara a trajetória desses alunos como cotistas da Universidade de Brasília, foi solicitado que os participantes da pesquisa descrevessem de forma sucinta suas experiências acadêmicas durante o período da graduação.

Neste tópico, destacam-se importantes observações. De acordo com as respostas, ingresso dos alunos ao ensino superior, especialmente na Universidade de Brasília, proporcionou novas experiências na construção da trajetória acadêmica dos estudantes negros. Diferentemente das respostas em relação ao acesso ao ensino sobre a história da cultura afro-brasileira e africana na educação básica, onde apenas 2 dos 12 participantes da pesquisa tiveram acesso a esse ensino, ao ingressar na UnB, o cenário se modifica, com 9 dos participantes da pesquisa cursando alguma matéria de temática racial, enquanto somente 3 não tiveram acesso a matérias dessa temática.

É relevante ressaltar que, dentre os alunos que cursaram matérias de teor racial, 8 afirmaram que a disciplina não fazia parte de sua grade curricular, enquanto apenas 1 participante afirmou que fazia parte. Isso enfatiza a importância da reestruturação curricular dos cursos da UnB, com o objetivo de incluir disciplinas de teor racial, permitindo que todos os alunos possam ter acesso a essa temática diretamente em suas grades curriculares. Isso contribui para uma formação mais abrangente e inclusiva, com uma compreensão aprofundada da história e cultura afro-brasileira e africana.

Em 2018, o Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB/CEAM/UnB) observou a necessidade em aprofundar os estudos das relações raciais no Brasil na Universidade de Brasília. Nesse sentido, optou por ofertar a disciplina Cultura, Pode e Relações Raciais com o objetivo de contemplar temas como racismo institucional, intelectualidade negra, ações políticas entre outros (NESP, 2018). De acordo com a historiadora Majorie Chaves, responsável por administrar a disciplina, essa temática é fundamental para promover a prática pedagógica crítica como um mecanismo de transformação social (NESP, 2018). Além da importância de abordar disciplinas com as temáticas raciais há também o fator da representatividade por professores negros no espaço universitário.

Em relação à percepção de representatividade de docentes negros na UnB, 7 egressos responderam que tiveram apenas 1 professor negro, 4 egressos tiveram 2

professores negros durante a graduação, e 1 respondeu que teve 4 ou mais professores negros durante esse período. Nesse sentido, fica evidente a necessidade de uma maior efetividade e participação de professores negros no meio acadêmico. É importante garantir a diversidade e representatividade no corpo docente, para que os estudantes possam se identificar com seus professores e ter referências positivas em suas trajetórias acadêmicas.

No que diz respeito ao auxílio permanência, apenas 3 egressos tiveram acesso ao apoio institucional, enquanto 9 não contaram com esse suporte. Portanto, é crucial que as informações acerca da disponibilidade desse auxílio cheguem até esses estudantes, a fim de que ele se torne um dos meios de apoio para a permanência na graduação, especialmente para aqueles que enfrentam dificuldades socioeconômicas.

Outro fator importante é o combate ao racismo no meio institucional. Sete dos participantes da pesquisa relataram ter sofrido racismo durante a graduação, um número preocupante. A universidade deve estar atenta a essas situações e tomar medidas para acionar sanções legais e combater esse tipo de comportamento inaceitável, promovendo um ambiente acadêmico seguro e respeitoso para todos.

2.3.3 O egresso da Universidade de Brasília e o acesso ao mercado de trabalho

O último tópico da pesquisa realizada teve como objetivo compreender o acesso do discente ao mercado de trabalho. Nesse sentido, foi apresentado a relação entre o ingresso por meio das cotas raciais na Universidade de Brasília e o acesso dos formandos ao mercado de trabalho. Assim, as perguntas nessa etapa do questionário foram realizadas com o objetivo de saber sobre a empregabilidade dos egressos, os efeitos da política de cotas na atual posição laboral, a questão sobre a dificuldade de encontrar emprego após a formação e se através das cotas foi possível o alcance de melhores oportunidades de emprego.

De acordo com as respostas coletadas os egressos participantes da pesquisa, em sua maioria, trabalham atualmente atuando em sua área de formação. Após a conclusão do curso, 8 dos 12 participantes encontraram dificuldades para encontrar emprego. Assim, pode-se concluir que, apesar das cotas raciais proporcionarem o acesso a uma educação de qualidade no ensino superior e a formação de profissionais, boa parte dos alunos cotistas ainda enfrentam dificuldades para serem inseridos ao mercado de trabalho (SOUSA, 2022, p. 68).

O acompanhamento do egresso cotista da UnB é importante para a medição do impacto que a universidade gerou na vida dos formandos, com o objetivo de formulação de políticas institucionais e de avaliar o compromisso da universidade na formação de seus alunos cotistas. Pois, é importante que a educação superior seja um meio para o alcance de

melhores oportunidades no mercado de trabalho, já que é um setor social onde é evidente as grandes desigualdades raciais presentes com ocupações laborais e salários discrepantes.

Como apresenta a resposta de um egresso coletada através do questionário aplicado: “A UnB realmente abre portas e te confere autoconfiança. Hoje, tenho consciência de como estudar sobre cotas, me conhecer, me ajudou e me ajuda a me posicionar em inúmeras situações.” (SOUSA, 2022, p. 64).

Por fim, em sua maioria, os egressos responderam a pesquisa que o ingresso através das cotas raciais na UnB possibilitou melhores oportunidades de emprego e que há uma relação positiva entre o ingresso por meio das cotas raciais e o acesso ao mercado de trabalho. Assim, apesar da relevância das cotas raciais para viabilizar o acesso da população negra à Universidade de Brasília e proporcionar melhores oportunidades no mercado de trabalho, é fundamental destacar que, ao ingressarem no cenário laboral, esses estudantes ainda enfrentam outros obstáculos provenientes do racismo institucional.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou apresentar importantes momentos da implementação das cotas raciais na Universidade de Brasília, através do Plano de Metas para a Integração Social, Étnica e Racial e do surgimento da Lei de Cotas 12.711/2012. Além disso, buscou-se apresentar a relação entre o ingresso a Universidade de Brasília por meio das cotas raciais e o acesso desses egressos ao mercado de trabalho. Foram utilizados referências bibliográficas e dados coletados através de uma pesquisa realizada entre formandos de 2014/1 e 2019/2 da UnB para o Trabalho de Conclusão de Curso.

Inicialmente pode-se observar a importância da implementação da política pública de cotas na Universidade de Brasília através do Plano de Metas para a Integração Social, Étnica e Racial. O surgimento dessa política pública foi um marco para a universidade e para a democratização do ensino superior. Foi através do sistema de cotas raciais que a Universidade de Brasília mudou o cenário de uma federal elitista para um ambiente inclusivo e diverso. Como ressalta o vice-reitor da UnB, Henrique Huelva em uma entrevista dada a Agência Brasil (2023), ele destaca que a adoção das cotas foi o primeiro passo para saldar uma dívida do país com a população negra, vítima de um processo de escravidão, uma das maiores atrocidades cometidas pela humanidade, ainda segundo ele, o caminho é longo.

Nesse sentido, após o surgimento das cotas, desde 2004 o primeiro ano da implementação da política, 38.042 estudantes entraram na universidade pelo sistema, afirma a Agência Brasil (2023). Assim, o Plano de Metas se tornou um referencial, mas apesar disso, algumas propostas definidas pelo CEPE, não foram integralmente cumpridas, ressaltando a importância de se acompanhar e monitorar uma política pública.

O surgimento da Lei de Cotas 12.711/2012 marca outro momento importante da política de cotas, a extensão desse sistema para as demais universidades federais do Brasil. A Universidade de Brasília se tornou uma referência nacional e contribuiu para que fosse possível a criação dela. Assim, é indispensável apresentar a importância os avanços positivos que essa política proporcionou na inclusão da população preta ao acesso as universidades públicas. Apesar disso, é importante ressaltar que a política pública ainda tem pontos importantes a serem melhorados, além da necessidade de ter como suporte política públicas de incentivo à permanência e de apoio à educação básica.

Após a fase de ingresso à universidade através das cotas raciais é importante o apoio e incentivo permanência para que esses estudantes consigam finalizar a sua graduação e assim possam atuar no mercado de trabalho. Nessa linha de raciocínio, a pesquisa realizada através do Trabalho de Conclusão de Curso, buscou-se compreender o período que antecede

o ingresso do estudante à universidade, o período na universidade e o mais importante: o acesso desses egressos ao mercado de trabalho.

Inicialmente houve a preocupação em verificar os egressos da universidade através de uma solicitação junto a Secretaria de Administração Acadêmica (SAA) dos estudantes formados e desligados entre os anos de 2014/1 e 2019/2. Tais dados coletados, apresentaram que 3.565 alunos oriundos da cota PPI e da cota para escola pública de alta e baixa renda PPI se formaram na Universidade de Brasília, representando 38,86%, enquanto 5.607 de alunos oriundos das mesmas cotas acrescentado a conta para escola pública de alta e baixa renda PPI/PCD, foram desligados da Universidade de Brasília, representando 61,13% do número total. De acordo com a pesquisa em nenhum momento o número de alunos formados superou o número de alunos desligados. Assim, o problema de evasão na universidade precisa ser monitorado e apresentado uma solução, apesar disso, é importante destacar a quantidade de alunos cotistas que se formaram durante os anos em questão.

Já no levantamento realizado no estudo através da aplicação do questionário revelou os efeitos positivos do ingresso dos estudantes a Universidade de Brasília e o acesso ao mercado de trabalho. Assim, pode-se concluir que o acesso por meio das cotas raciais possibilita melhores oportunidades de emprego e assim há uma relação positiva entre o ingresso por meio das cotas raciais e o acesso ao mercado de trabalho. De fato, a pesquisa apresentou que o acesso ao ensino superior por meio das cotas raciais possibilita melhores oportunidades no mercado de trabalho aos egressos cotistas da Universidade de Brasília.

Por fim, a implementação do Plano de Metas para a Integração Social, Étnica e Racial e o surgimento da Lei de Cotas 12.711/2012, foram e continuam sendo políticas públicas essenciais para combater as desigualdades presentes na educação superior brasileira. Além de serem essenciais para o ingresso de alunos cotistas às universidades federais, refletindo diretamente nas oportunidades alcançadas no mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.**

BRASIL, Ministério da Educação, (2012). **Lei de Cotas para o Ensino Superior.** Brasília, MEC/SEF.

BRITO, Débora. **Cotas foram revolução silenciosa no Brasil, afirma especialista.** Agência Brasil. Brasília, Publicado em 27/05/2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2018-05/cotas-foram-revolucao-silenciosa-no-brasil-afirma-especialista>.

CARVALHO, J. J. De. (2004). **Uma Proposta de Cotas para Negros e Índios na Universidade de Brasília.** Revista o público e o privado nº 3. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/opublicoeoprivado/article/view/2656/2127>.

CARVALHO, J. J. De, & SEGATO, R. L. (2004). **Plano de Metas de Integração Social, Étnica e Racial da UnB.** 1, 3. Disponível em: <https://noticias.unb.br/images/Noticias/2018/06-Jun/Plano-de-Metas-Cotas-UnB1.pdf>.

GARONCE, L. CRUZ, C. **Cotas raciais: 17 anos depois, UnB tem quase metade dos alunos negros; professores ainda são minoria.** G1, Brasília – DF, Publicado em: 16/08/2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distritofederal/noticia/2020/08/16/cotas-raciais-17-anos-depois-unb-tem-quase-metade-dos-alunosnegros-professores-ainda-sao-minoria.ghtml>.

IBGE., 2019. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil.** Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf Acesso em: 02 de agosto de 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Características étnico-raciais da população: classificações e identidades. Rio de Janeiro: IBGE, 2013

Instituto Nacional De Estudos E Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Censo Escolar, 2010. Brasília: MEC, 2011.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Relatório econômico. Brasília: Ipea; IBGE, 2014.

JACCOUD, Luciana & BEGHIN, Nathalie. 2002. **Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental.** Brasília:IPEA.

MARINHO, Tamires. **Cultura, Poder e Relações Raciais serão discutidos em disciplina ofertada na UnB.** Núcleo de Estudos em Saúde Pública (NESP), 2018. Disponível em: <https://www.nesp.unb.br/index.php/42-noticiascentro/392-cultura-poder-e-relacoes-raciais-serao-discutidos-em-disciplina-ofertada-na-unb>. Acesso em: 02 de agosto de 2023.

PIMENTEL, Carolina. **Cotas na UnB completam 20 anos com ingresso de mais de 38 mil alunos.** Agência Brasil, 2023. Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-06/cotas-na-unb-completam-20-anos-com-ingresso-de-mais-de-38-mil-alunos>. Acesso em: 02 de agosto de 2023.

SOUSA, Ana Carolina Arcanjo de. **Políticas de ações afirmativas de cotas raciais na Universidade de Brasília e os seus efeitos no mercado de trabalho.** 2022. 80 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. UnB. **Análise do sistema de cotas para negros na Universidade de Brasília: Período 2o semestre de 2004 ao 1o semestre de 2013. 2003.** Disponível em: https://apublica.org/wpcontent/uploads/2018/04/RELATO%CC%81RIO-FINAL_Ana%CC%81lise-do-Sistema-de-Cotas-Para-Negros-da-UnB.pdf.

VELOSO, Serena. **Aprovação das cotas raciais na UnB completa 15 anos.** UnBNotícias - SECOM/UnB. Brasília. Publicado em: 06/06/2018. Disponível em: <https://noticias.unb.br/publicacoes/76-institucional/2319-aprovacao-das-cotas-raciais-na-unb-completa-15-anos>.

10 anos da Lei de cotas: UnB destaca crescimento da diversidade. Jornal de Brasília, 2022. Disponível em: <https://jornaldebrasil.com.br/brasil/10-anos-da-lei-de-cotas-unb-destaca-crescimento-da-diversidade/>. Acesso em: 02 de agosto de 2023.